

“O mal dos banguês”: A concorrência pelo mercado interno na Primeira República

Roberta Barros Meira

Doutora em História Econômica pela USP

Resumo

Durante a Primeira República percebe-se que a preocupação em modernizar a indústria açucareira brasileira somara-se à crítica contundente da permanência no cenário nacional do engenho banguê.¹ Repeliam particularmente a sua quantidade, a má qualidade do seu açúcar, o seu baixo rendimento industrial, ou seja, o incluíram no rol dos grandes males da indústria sacarina do Brasil. Esse artigo propõe-se a discutir a relação que se forjou neste momento entre as grandes usinas e estes pequenos engenhos, partindo do argumento de que os diversos reclamos encontrados na documentação ainda estariam relacionados à necessidade de dispor de fornecedores de cana para a usina e diminuir a concorrência do açúcar de usina no mercado interno.

¹ O termo engenho banguê era comumente utilizado nos trabalhos do período como sinônimo dos engenhos mais atrasados em relação às novas fábricas montadas. Assim, os usineiros almejavam que fosse clara a distinção entre o açúcar inferior ou bruto, “*açúcar de banguê*”, do açúcar manufaturado nas usinas, tipos mais aperfeiçoados e de melhor reputação no mercado.

Identifica-se já no período do Império, com a construção dos engenhos centrais, o acirramento das críticas aos banguês. Como se constituía em uma das preocupações principais desse sistema a separação agrícola e industrial, tornava-se necessário garantir um maior suprimento de canas para as novas máquinas através de contratos estabelecidos com fornecedores. Ou seja, esperava-se que essa matéria-prima fosse fornecida principalmente pelos proprietários de engenhos banguês, transmudados em meros fornecedores. Tratava-se então de convencer os pequenos e médios produtores de açúcar de que seria muito mais lucrativo fornecer a matéria-prima aos engenhos centrais, já que poderiam arcar com as despesas do melhoramento necessário nos canaviais, abandonar a rotina e possuir capitais para contratar os trabalhadores necessários.²

Mas deve ser tido em conta que devido aos preços baixos pagos pelos proprietários dos engenhos centrais e a lucratividade obtida com a produção de aguardente, rapadura e açúcar bruto obstaram-se o plano de fornecimento dessas fábricas, infringindo a muitos desses engenhos centrais a impossibilidade de rendimentos industriais altos, devido em grande parte à falta de canas. A manutenção dos banguês demonstra que realmente havia um tipo de resistência. Além disso, como Bray (1989) aponta, muitos fornecedores preferiam produzir aguardente, deixando de fornecer cana aos engenhos centrais. E há que se ter em conta, a importância do consumo da rapadura e dos açúcares inferiores no interior. Esses produtos constituíam os principais concorrentes dos engenhos centrais. Com o passar dos anos, mesmo com a transformação das fábricas centrais em usinas, criou-se uma disputa entre dois sistemas de produção opostos entre si: as modernas unidades produtoras de açúcar e os engenhos banguês.

Se as transformações não pararam com os engenhos centrais e pode-se mesmo perceber claramente um maior sucesso da implantação das usinas em relação ao sistema baseado na separação da parte fabril da agrícola na produção açucareira, o efeito dessas mudanças não permitiu naquele momento que a produção do açúcar superior deixasse de sofrer com a concorrência dos engenhos banguês. Por outro lado, é preciso lembrar que alguns desses pequenos engenhos conseguiram realizar uma certa modernização nos seus maquinários. Pedro Ramos entende que essa imbricação entre o velho e o novo, entre o banguê e a usina desenvolveu um novo tipo de unidade fabril, chamado de “meia

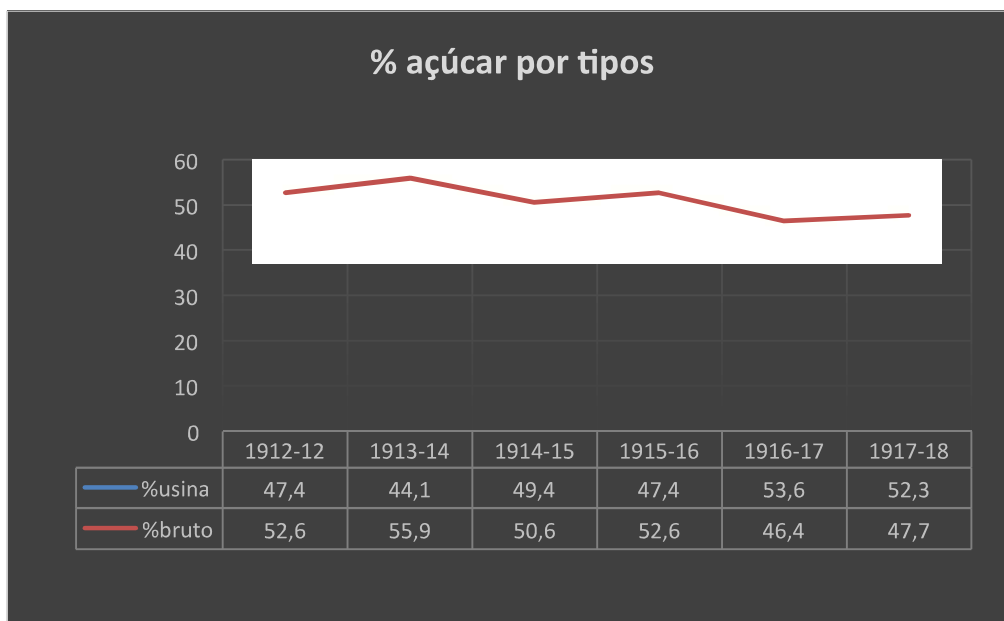
² Um dos autores que levanta esta questão foi o engenheiro fiscal Luiz Monteiro Caminhoá (1880).

usina” ou “meio aparelho”, que dispunha de pouca terra, tinha pequena capacidade esmagadora de cana e pequena produção. Como não poderia deixar de ser, tal fato possibilitaria aos engenhos banguês continuarem a concorrer com as usinas. (RAMOS,1999:30)

Vê-se facilmente a permanência destes banguês quando se analisa os dados do maior produtor de açúcar do Brasil neste período. Segundo dados apresentados por Gnaccarini, em Pernambuco, entre 1910 e 1919, o número de usinas aumentou de 54 para 55, enquanto os engenhos banguês passaram de 1.500 para mais de 2.200. Não obstante o rendimento de açúcar de uma usina em média equivaler ao índice de 7,5% a 8% e, os engenhos banguês não passarem em média além de 4 a 5%, o açúcar inferior conseguia ser vendido com mais vantagens. (GNACCARINI,1997:328)

Esse quadro específico pode ser visualizado quando analisamos o crescimento dos engenhos banguês e das usinas. A produção dos banguês perderia espaço progressivamente para a das usinas, mas não com uma certa delonga que marcou praticamente todos os anos da Primeira República. Enquanto a produção das usinas aumenta 63% entre as safras de 1912/13 e 1919/20; 205 % entre as safras de 1925/26 e 1929/30, a produção dos engenhos aumenta 144% entre 1912/13 e 1920/21 e, somente 22% entre 1925/26 e 1929/30. Tais dados demonstram a dificuldade que as usinas tiveram para se impor aos engenhos banguês e, em vista disso, como essa superação dos banguês só foi conseguida de forma gradativa e nunca de forma plena nesse período. (SZMRECSÁNYI, 1988:52-53). Esta realidade já tinha sido apresentada no trabalho de Gileno Dé Carli, como podemos perceber no gráfico 1:

Gráfico 1



Fonte: DÉ CARLI, Gileno. O açúcar na formação econômica do Brasil. Anuário açucareiro, 1936, p. 46.

Naturalmente, com o aumento da produção do açúcar de usina se constituiu em uma das preocupações principais dos grandes produtores alargar o consumo das qualidades superiores de açúcar no mercado interno, uma vez que os dois primeiros jatos não eram exportáveis. Assim, o consumo não poderia ficar restrito a pequena fração da população composta pela elite econômica do país que consumia os açúcares cristalizados ou refinados de melhor qualidade. Tornava-se necessário redefinir os hábitos alimentares do restante da população, já acostumada aos açúcares ditos de baixa qualidade: açúcar bruto, batido, retame, mascavo ou pelas suas diversas denominações como eram chamados nas distintas localidades brasileiras.

No caso de São Paulo, Jonas Soares de Souza (1978) afirma que o produto dos engenhos centrais paulistas era vendido apenas no mercado interno e teve de enfrentar a vantajosa competição do açúcar bruto, os turbinados de São Paulo e os melaços de Pernambuco. Ora, Sawyer tratava justamente da competição enfrentada pelo açúcar das usinas paulistas referindo-se ao fato de que este problema era decorrente do consumo de açúcar cristal superior restringir-se, no caso de São Paulo, principalmente à área da capital. O interior do estado preferia os açúcares brutos, nesse caso, os turbinados de São Paulo e os melados de Pernambuco. Convém observar que, em grande parte, as vantagens relacionavam-se ao nível de vida da população, pois, os açúcares inferiores

eram muito mais baratos, chegando a menos da metade do preço do açúcar de usina. (SAWYER, 1905:197)

Percebe-se assim que nos primeiros anos da República, a dificuldade que essas grandes unidades açucareiras tiveram para ampliar o número dos consumidores do seu produto. Segundo o Centro da Indústria e Comércio do Açúcar do Rio de Janeiro, os baixos níveis de consumo do açúcar cristal não significavam uma derrota permanente, pois com o tempo e com alguns esforços, o açúcar cristalizado e pulverizado seria consumido habitualmente pela população. Aliás, o CICA chegaria a imputar aos consumidores nacionais a culpa pelo atraso em que o Brasil se encontrava em relação aos outros países produtores, que animava até certo ponto a rotina e um quadro comercial em que os produtos fabricados pela difusão não apareciam, os cristalizados eram uma exceção e os provenientes dos antigos sistemas de esmagamento predominavam. O engenheiro Henri Raffard chegaria a dizer que era muito mais difícil minar a concorrência do antigo sistema de fabrico e os seus produtos do que conseguir capitais para comprar o moderno maquinário estrangeiro. De certo modo, nestes anos, muitos destes grandes produtores tiveram que apoiar-se na produção de açúcares inferiores e na de aguardente para continuar a subsistir. (CICA, 1892)

Não obstante ainda dependerem desse tipo de produto, no afã de estabelecer uma indústria açucareira mais parecida com a de países como Cuba ou Alemanha, alguns importantes senhores de engenho criticavam o elevado número destas pequenas fabriquetas. Neste particular, a existência de um número muito elevado destes pequenos engenhos faria com que Gileno Dé Carlí (1943) comparasse os banguês com cogumelos.

Embora ocorresse realmente a transformação de engenhos em usinas, tanto no Norte quanto no Sul do país, a persistência do sistema anterior de fabrico foi motivo de preocupação entre os grandes produtores mesmo durante os últimos anos da Primeira República. João Hermes Júnior (1922) não seria o único a dizer que pelo seu número exagerado, esses engenhos e engenhocas eram verdadeiros sorvedouros e maus gastadores de cana. Segundo os dados apresentados por ele, a produção total de açúcar no ano de 1921 foi de 500.000t, sendo que se calculava que as usinas eram responsáveis por produzir 300.000t e os engenhos banguês 200.000t. O objetivo do autor fica claro em um dos subtítulos do seu trabalho “*o mal dos banguês*”, no qual se empenhava em

demonstrar que mesmo que as usinas brasileiras ainda fossem deficientemente aparelhadas e tecnicamente mal exploradas produziriam 100.000t a mais de açúcar que os banguês, com perto de 600.000t menos de cana e estando em número bem menor que estes. Provava-se assim, para ele, que a existência desses banguês causava prejuízos enormes, quase incalculáveis à economia nacional, a riqueza privada, ao fisco e à reputação da capacidade industrial açucareira do Brasil.

Como é sabido, a usina tentou-se resguardar do antigo problema dos engenhos centrais da falta de matéria-prima através da compra de grandes extensões de terras e a cana própria. No entanto, devido ao descompasso entre os avanços técnicos implantados na fábrica e os parques investimentos feitos na parte agrícola, aumentou-se a necessidade de dispor de canas de terceiros. Ademais, não se pode desconsiderar que a parte fabril sempre foi mais lucrativa que a agrícola, ou seja, os usineiros dispunham de uma segurança a mais, pois podiam dividir as perdas muitas vezes altas nesta parte da produção com os seus fornecedores, principalmente nos anos de secas, pragas e outros problemas que afetavam especificamente a lavoura.

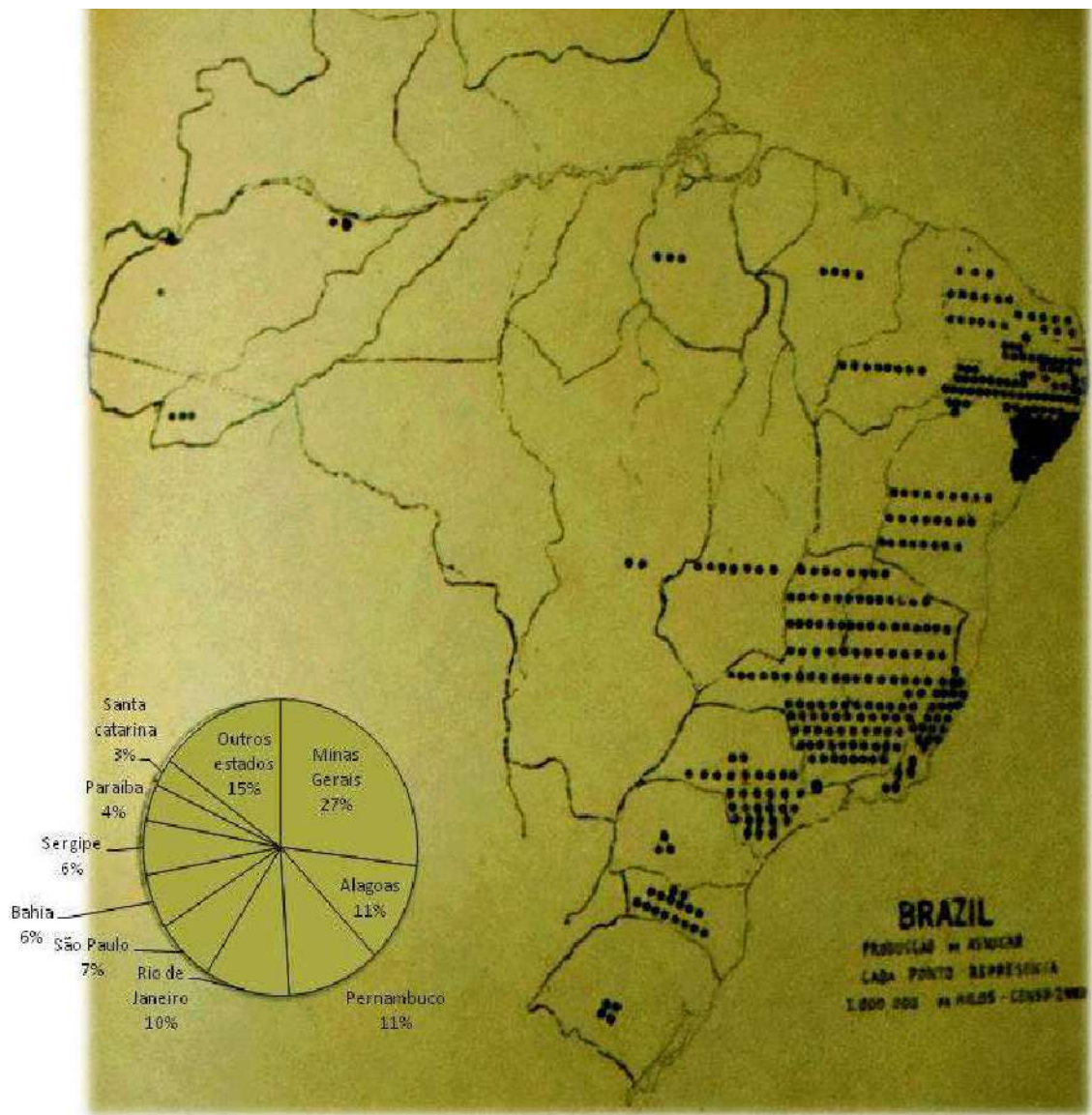
Como se viu, a recusa de muitos desses pequenos produtores de açúcar transformaram-se em fornecedores levaram os usineiros a perceberem ao mesmo tempo o perigo em que se encontravam por não dispor de canas para os seus maquinários modernos e, sobretudo, o fato de ter que disputar palmo a palmo o mercado nacional, que já neste período era o principal sorvedouro da produção de açúcar do país. O periódico *A Lavoura*, um dos mais importantes da Primeira República, reproduzia as bases deste pensamento ao afirmar, em um artigo publicado em 1913, que a indústria açucareira do Brasil encontrava-se em estado de irritação permanente, entre duas desgraças internas:

de um lado, sobre os canaviais magníficos, o engenho primitivo a sorver inutilmente e em pura perda crescente as energias do solo, perturbando, mais adiante, a economia das usinas nas relações comerciais do produto; de outro lado é de encontrar a aparelhagem relativamente grande das usinas, a refinação colonial, invertendo, anulando e desmoralizando a indústria moderna. (SNA, 1913)

Na verdade, embora o estudo de Gaspar e Appolonio Peres (1915) afirmasse que cabia a Pernambuco a maior parcela dos 3000 engenhos banguês existentes no Brasil, ou mais especificamente, 2.296, esses números não parecerem ser muito exatos, embora, não se possa contar com uma estatística fidedigna durante todos

esses anos. A própria Diretoria Geral de Estatística do MAIC reconhecia que os dados apresentados na maioria dos estudos estavam infelizmente bem longe da verdade. O açúcar mascavado e as rapaduras geralmente eram consumidos na mesma localidade em que eram produzidos, o que dificultava o controle dessas informações. Uma comparação com outras fontes, até mesmo quando os dados referem-se aos estados do Sul, - predominantemente cafeeiros -, torna claro, que os seus cálculos feitos por Gaspar e Appolonio Peres foram baseados principalmente nos dados coletados de forma mais fidedigna para o seu Estado.

Em seu trabalho publicado em 1911, Rodolpho Jacob faz menção a 3000 engenhos de pequeno porte que fabricavam açúcar mascavo e rapadura em Minas Gerais. Dados que seriam confirmados posteriormente pela Diretoria de Estatística do MAIC (1919). Deve-se considerar que o consumo de açúcar no Estado sempre foi elevado, chegando a ser em alguns anos, o segundo maior consumidor depois de São Paulo. A diferença estava no fato desse consumo caracterizar-se preferencialmente pelos açucares de tipo baixo. Mesmo em um município como Ponte Nova, - que se destacava como o principal município açucareiro da região da Zona da Mata e que possuía duas usinas-, o número de engenhos ainda era de 436 no início da segunda década do século XX (DELANEY, 1913). Marcelo Godoy (2004:96) escreve que em nenhum estado do Brasil, a fabricação de açucares em engenho respondeu por tanto tempo pela maior parte da produção total como se deu em Minas Gerais. A importância desses pequenos engenhos mineiros se revelaria pródiga em um mapa da produção brasileira de açúcar apresentado por Benjamim Hunnicutt e que foi baseado no senso de 1920. É de lembrar que o estado de Minas Gerais só possuía 4 usinas neste período.



Fonte: HUNNICUTT, Benjamim H. A produção agrícola do Brasil trabalho baseado no senso de 1920. SNA: RJ, 1925

Outros Estados parecem apresentar um número menor dessas unidades açucareiras mais rudimentares, mas deve ser tida em conta não só a sua produção para o consumo local como a transformação de alguns dos engenhos melhores em usinas. O engenheiro Frederic Sawyer (1905) calculava que São Paulo somente possuía 200 engenhos banguês. Diante de tal quadro, espera-se que não houvesse uma preocupação tão grande com a permanência desse sistema de produção. Mas, esses engenhos também seriam objetos de insatisfação de usineiros e técnicos do Estado. Augusto Ramos relatava, por exemplo, a falta de avanço dos métodos de produção destas pequenas unidades que se mantinham como o eram a 20, 30 ou 40 anos atrás, -

constituindo um embaraço colossal, uma vez que, segundo ele, se estimava que o Brasil possuísse 4000 fábricas açucareiras, produzindo 150 a 300 mil toneladas. As suas declarações, neste caso, bateriam na mesma tecla que outros técnicos e usineiros. Mas, o engenheiro continuaria de uma forma ainda mais severa e desdenhosa no seu ataque aos engenhos e engenhocas, imputando-lhe a culpa pelo fato do país possuir maior número de fábricas do que o mundo inteiro, cuja produção já não era inferior a 9 milhões de toneladas, - 30 vezes maior do que a do Brasil -, ou seja, fortalecia-se a ideia de que o atraso que representavam era a razão da perda do mercado externo (RAMOS, 1902).

No entanto, deve-se considerar que Sawyer não levou em conta todos os tipos de engenhos e engenhocas, mas apenas aqueles que fabricavam somente açúcar. O engenheiro não consideraria em seu estudo os engenhos que fabricavam aguardente e rapadura. Um levantamento realizado no ano de 1900 calculava que existiam, em São Paulo, 2.299 engenhos de aguardente. Em 1929, o presidente do estado de São Paulo, Júlio Prestes de Albuquerque, afirmava que São Paulo possuía 5.000 engenhos e engenhocas. Desses, quase 4.000 fabricavam aguardente e os seus maquinismos eram rudimentares e imperfeitos. Apesar disso, o estado já possui grandes usinas, que contavam com maquinismos aperfeiçoados e já destilavam e produziam álcool. (SÃO PAULO, 1929:27)

O engenheiro Brandão Sobrinho (1903) confirmaria esse fato dos pequenos engenhos preferirem fazer rapadura e aguardente e em bem menor número ser as engenhocas que produziam açúcar mascavo. Acontecia, porém, segundo ele, que o número dessas engenhocas ia se multiplicando de ano para ano. O engenheiro também apontaria a fraqueza e o atraso dessas pequenas fábricas. De modo geral, o que se recriminava era o pouco asseio, o pessoal sem preparo e um sistema de fabrico ultrapassado e defeituoso que produzia sempre um açúcar de má qualidade. Interessa, por hora, que mesmos fustigados pelos técnicos, a quantidade da produção dos engenhos banguês não poderia ser desprezado. Mesmo depois que as usinas começaram a se sobrepôr a esse tipo de engenho nos últimos anos da Primeira República, José Viziloli (1926) afirmaria que a produção de açúcar, álcool e aguardente nos municípios que não contavam com nenhuma usina grande seria uma verdadeira revelação, pois ela era muito maior do que se supunha.

O fato de a sua produtividade ser considerável no computo da produção nacional, não dissuadiria o pensamento de muitos desses técnicos e usineiros, que criam que só a concentração em poucos engenhos bem montados, - talvez 600 ou 800

engenhos de toda classe -, seriam suficiente para a fabricação de açúcar no país. A compreensão desse pensamento torna-se mais fácil desde que se leve em conta o exemplo de pequenos países como Cuba e Java que se tornaram os maiores produtores de açúcar do mundo, enquanto o Brasil com uma grande extensão de terras e clima propício via-se relegado a produzir pouco e ser alijado do mercado internacional.³ Não havia como deixar passar esse contraste dos muitos engenhos brasileiros com baixa produtividade e a concentração industrial nos grandes países produtores. Luiz Correia de Brito, na Conferência Açucareira do Recife, em 1905, afirmava convictamente que não se deveria esquecer que o açúcar bruto era um produto que tendia a desaparecer por uma evolução natural que ocorreria no país, como se deu em Cuba. Impossível não reconhecer, já naquela época, a verdade da sua fala. (SNA, 1905) No entanto, o que seria um desalento para esses homens foi o tempo que este processo levaria para ocorrer em definitivo e não a passos lentos como se deu.⁴ Nesse sentido, foi predominante dentro do ideário que se criou em torno do progresso técnico e de concentração industrial e agrícola como forma de recuperar o mercado internacional, a defesa de que o país deveria investir na substituição dos marginalizados banguês pelas modernas usinas.

Deve-se frisar, também, que esses homens resguardariam muitos dos seus planos de unidades açucareiras mais modernas nos auxílios que deveriam ser concedidos pelo Estado. Deve-se a esse pensamento o forte sentimento de insatisfação dos produtores de açúcar que ditariam o grau de enfrentamento entre estes atores. É preciso não esquecer que a Primeira República seria marcada pela convicção não só dos agricultores, mas também dos técnicos, da necessidade de uma política mais direta de auxílio à indústria açucareira por parte do Estado Federal. Não se deve relevar que em grande parte as políticas de auxílio que tiveram mais influência na modernização do setor açucareiro vieram do âmbito estadual, como o financiamento de grande parte das usinas pernambucanas.

Assim sendo, de donde nasciam essas queixas também se buscava razões para empregar um plano de modernização do setor açucareiro apoiado em vários sentidos na

³ João Severiano Hermes Júnior (1922) afirma que existiam em Cuba 216 engenhos centrais, com capacidade para fabricar 5.879.211t de açúcar, enquanto a produção no Brasil, entre 1912-17, variou entre 300.000 e 400.000t.

⁴ Do lado, da fabricação, iam-se diferenciando em banguês e usinas, conforme tenham passado ou não a empregar melhorias industriais. Com o passar dos anos, as usinas foram firmemente substituindo os pequenos engenhos, o seu número cresceu continuamente, as técnicas de fabricação foram melhoradas e novas terras incorporadas. (GNACCARINI,1997:318-321)

atuação mais ativa do Governo Federal, seja referente na concessão de crédito para a construção destas usinas ou na difusão de técnicas mais modernas de cultivo da cana. Ademais, caberia ao Estado à função de estabelecer o equilíbrio entre a agricultura e o comércio, estimular a fundação ou a transformação de engenhos em usinas, criar institutos agrícolas, construir um bom sistema de transporte, fornecer crédito, reduzir os impostos e estabelecer isenções tarifárias, conceder prêmios, enfim, trazer novamente o progresso para a indústria sacarina.

A importância de uma atuação estatal mais forte também ocorreria porque a fraqueza de muitos desses engenhos não era irremediável, ou seja, podiam ser transformadas se dispusessem de uma maior facilidade de crédito em usinas. Deve-se considerar que algumas dessas engenhocas eram de maior capacidade, produzindo cerca de 100 a 200 kg de açúcar anualmente. Produto que se destacava dos demais, pois como os qualificava Brandão Sobrinho eram *“um açúcar ordinário de bonita aparência”*. Nesse mesmo tempo, construíram-se muitas *“usinas de segunda ordem”* que se caracterizavam por possuir um maquinário não tão bom, cujo resultado era uma maior produção do açúcar de segundo e terceiro jato. Muitas dessas usinas não se diferenciavam muito de bons engenhos. Essa transformação de engenhos em usinas para Pedro Ramos foi possível pelo sua incapacidade naquele momento do Estado abastecer o seu consumo local, ou seja, *“os engenhos iam se multiplicando e iam abocanhando parte do mercado consumidor. Num segundo momento eles se transformaram em usinas”*.⁵

Tal intenção, no sentido de incentivar a modernização dessas fábricas ocorreu em parte pela concorrência impiedosa que se travou em torno dos açúcares cristalizados versus os açúcares brutos ou de segunda ordem. Tanto o consumo desse tipo de produto não era desprezível que mesmo as fábricas importantes dedicar-se-iam a produzir uma parte da safra em açúcar de qualidade mais baixa, como também aguardente. No ano de 1903, uma exposição de Brandão Sobrinho deixava claro que, em São Paulo, os grandes engenhos tinham dificuldade para a venda do seu açúcar de primeira qualidade. O tipo de açúcar preferido pela população do interior era o chamado açúcar redondo⁶ que era produzido pelas engenhocas e vendido facilmente por um bom preço. Segundo o seu

⁵No Norte, entre o banguê e a usina foi criado um novo tipo de unidade fabril, chamada de *“meia usina”* ou *“meio aparelho”*, que *“dispunham de pouco terra, tinham pequena capacidade de esmagamento de cana e pequena produção”*. (RAMOS, 1999: 70-71)

⁶ O *açúcar redondo* é inferior ao branco, é menos alvo e menos fechado. O mascavo é mais escuro e provém do fundo das formas. (PETRONE, 1969: 244).

ponto de vista era incompreensível essa preferência por esse tipo de açúcar, - *“filha da estupidez e da ignorância”*. Tanto inconformismo provinha do fato de ser voz corrente que esse tipo de açúcar adoçava mais. Nesse sentido, o engenheiro mostrava-se inconformado, pois essa postura da população causava sérios contratemplos aos grandes produtores, enquanto as engenhocas tudo teriam a lucrar. Dizia lamentando-se que:

O povo quer umidade e catinga no açúcar; não se convence de que o açúcar úmido ocupa menos espaço do que o seco, sendo, portanto, natural que uma certa quantidade de um adoce mais do que a de outro; não compreende que o açúcar é por sua natureza inodoro e que só tem catinga depois de velho e azedo. (SECRETÁRIA DA AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 193:585)

O que chama mais atenção, no entanto, seria o fato destes homens no seu inconformismo pelo baixo consumo dos açúcares inferiores culparem principalmente o atraso do povo brasileiro, não obstante o preço deste produto não ser dos mais acessíveis a grande parte da população. Alguns anos antes, Quintino Bocayuva descreveria quase com as mesmas palavras de Sawyer, a sua inconformidade com o baixo consumo de açúcar superior no interior do Rio de Janeiro:

No interior a maior parte da população contenta-se com os açúcares baixos, com a rapadura, com o melaço, com o próprio caldo de cana. Ao paladar grosseiro e mal educado (e é a maior parte) o açúcar fino não merece a preferência, pelo contrário é rejeitado por uma circunstância até muito extravagante, alagada por essa classe de gente – porque o açúcar não adoça. (RIO DE JANEIRO, 1902:72)

Em 1912, Júlio Brandão Sobrinho, em um relatório à Secretária da Agricultura do Estado de São Paulo, destaca que a preferência da população mais pobre ainda era dada aos açúcares brutos. Pode-se estar vivenciando aqui uma tradição alimentar arraigada que não seria fácil de ser modificada, mas, de certa forma, o que parecia contar realmente, neste caso, era a questão do preço. Seria difícil, também, não levar em conta neste momento que os principais estados consumidores do país ainda se abasteciam principalmente com açúcares baixos, pois a grande maioria da população de baixa renda restringia-se a consumir os produtos de qualidade inferior e mais baratos. O açúcar branco das usinas ainda era um produto restrito aos centros urbanos e a uma população mais abastada, mesmo que houvesse uma elevação do seu consumo com o

passar dos anos. Nesse caso específico, as ferrovias teriam um papel negativo para os usineiros do Sul, pois o açúcar do Norte chegava com mais facilidade ao interior. O proprietário da usina Pimentel, em Jaboticabal, afirmaria que mesmo produzindo um açúcar de melhor qualidade que o do Norte, a população local só o adquiria se o preço fosse mais barato, obrigando-o a vender o saco de açúcar por 14\$000, enquanto o produto pernambucano custava 19\$600 réis, já acrescido dos fretes. (BRANDÃO SOBRINHO, 1912:58)

Certo é que em poucos locais nestes primeiros anos das usinas, como em algumas capitais, o açúcar cristal ou refinado fosse o mais consumido. Em 1905, no Congresso Açucareiro do Recife, Francisco de Paula Leite e Oiticica tentaria colocar em xeque o entusiasmo revelado pela maioria dos congressistas em relação aos benefícios alcançados pela modernização dos engenhos. A ilogicidade deste raciocínio, para ele, estava no fato do açúcar branco ser mais caro e ser vendido por menos no mercado interno que o açúcar bruto devido ao seu fabrico custar muito mais do que o deste. Ademais, muitas usinas estariam abandonando o fabrico de açúcar branco para produzir, por exemplo, o demerara. Mesmo quando se falava na melhora do açúcar como forma de aumentar as vendas para o exterior, segundo ele, esquecia-se que os tipos de açúcar melhores e piores eram entregues aos exportadores que os misturavam, mandando um tipo único para os mercados estrangeiros. Embora Leite e Oiticica pressentisse perfeitamente os problemas que se avizinhavam aos usineiros, certo é que não faltaram vozes para criticar o seu posicionamento. (SNA,1905:152)

Por tudo isso, é de supor que os processos rudimentares de fabricação do açúcar mantiveram-se em uma situação econômica razoavelmente confortável durante os anos da Primeira República. Como de fato ocorreu. No entanto, com o passar do tempo, o açúcar de usina foi ganhando cada vez mais espaço na mesa dos consumidores brasileiros. Em parte, a resposta para as dificuldades dos usineiros estava na diminuição do preço do seu açúcar como uma forma de convencer a grande maioria dos consumidores da melhor qualidade do seu produto. Como não poderia deixar de ser, as grandes mudanças produtivas na indústria açucareira já haviam começado desde os idos do Império com os engenhos centrais e adquirido mais força com a adoção das usinas. Assim, pode-se considerar que o progresso da indústria sacarina brasileira era inevitável. Enfim, as usinas iriam avançando cada vez mais sobre esses pequenos produtores, tornando comum a figura melancólica dos engenhos de fogo morto.

Bibliografia

BRANDÃO SOBRINHO, Júlio. A lavoura da cana e a indústria açucareira dos Estados paulista e fluminense. Campos e Macaé em confronto com São Paulo. Relatório apresentado ao Illm. E Exm. Sr. Antônio de Padua Salles, Secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas por Júlio Brandão Sobrinho, chefe de estudos econômicos. São Paulo: Typografia Brasil de Rothchild & Co, 1912, 1912.

BRAY, Silvio Carlos. A formação do capital na agroindústria açucareira de São Paulo: Revisão dos paradigmas tradicionais. Tese de Livre Docência, Instituto de Geociências e Ciência exatas, UNESP, 1989.

CAMINHOÁ, Luiz Monteiro. Cana de açúcar e café: Relatório apresentado ao Governo Imperial. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1880.

CICA. O Centro da Indústria e Comercio de açúcar no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Companhia Typographioca do Brasil, 1892.

DÉ CARLI, Gileno. Gênese e evolução da indústria Açucareira de São Paulo. Rio de Janeiro: Editores Irmãos PONGETTI, 1943.

_____. O açúcar na formação econômica do Brasil. Anuário açucareiro, 1936.

DELANEY, LT. & LLOYD, Reginald. *Impressões do Brasil no Século XX*. Londres, Lloyds Greater Britain Publishing Company Ltd., 1913.

GNACCARINI, J.C. A. “A economia do açúcar: processo de trabalho e processo de acumulação” in: FAUSTO Boris. (org) História Geral da Civilização Brasileira, volume oito, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

GODOY, Marcelo Magalhães. No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócios: um estudo das atividades açucareiras tradicionais mineiras, entre o setecentos e o novecentos, e do complexo mercantil da Província de Minas Gerais. São Paulo. Tese de doutorado, FFLCH, USP, 2004.

HUNNICUTT, Benjamim H. A produção agrícola do Brasil trabalho baseado no senso de 1920. Rio de Janeiro: SNA, 1925.

HERMES JÚNIOR, João. O açúcar como fator importante da riqueza pública no Brasil: trabalho apresentado a sua excelência o Sr. Presidente da República. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1922.

MAIC. A indústria açucareira no Brasil. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1919.

PERES, Gaspar e Apollonio. A indústria açucareira em Pernambuco. Recife: Imprensa Industrial, 1915.

PETRONE, Thereza Schorer. A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765 1851). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

RAMOS, Augusto Ferreira. A indústria do açúcar em São Paulo. Revista Agrícola de São Paulo. São Paulo: Typ. Brazil de Carlos Gerke, 1902.

RAMOS, Pedro. Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

RIO DE JANEIRO. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa pelo Presidente do Estado do Rio de Janeiro General Quintino Bocayuva em 15 de julho de 1902. Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Comércio, 1902, p. 72, 1902.

SÃO PAULO. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na 2ª sessão da 14ª legislatura, em 14 de julho de 1929, pelo Doutor Julio Prestes de Albuquerque, Presidente do Estado de São Paulo.

SAWYER, Frederic H. Estudo sobre a indústria açucareira no Estado de São Paulo, comparada com a dos demais países. Apresentada ao Dr. Carlos Botelho M. D. da Secretária da Agricultura pelo engenheiro Frederic Sawyer. São Paulo: Typographia Brazil de Carlos Gerke & Rothschild, 1905.

SECRETÁRIA DA AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Boletim da Agricultura, anos de 1902; 1903 e 1926. São Paulo: Typ da Indústria de São Paulo;

SNA. A Lavoura. Boletim da Sociedade Nacional da Agricultura. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, setembro a novembro de 1913.

_____. Trabalhos da Conferência Açucareira do Recife. Recife Typ. do Diário de Pernambuco 1905

SOUZA, Jonas Soares de. Uma empresa pioneira em São Paulo: O engenho central de Porto Feliz. Edição comemorativa do centenário do engenho central de Porto Feliz(1878-1978). Coleção Museus paulistas, volume 7, 1978.

SZMRECSÁNYI, Tamás. “1914-1939: Crescimento e crise da agroindústria açucareira no Brasil”. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, junho, 1988, p. 52-53.

CENTRALIZAÇÃO POLÍTICA E INTERVENCIONISMO: O NOVO SENTIDO DA AÇÃO ESTATAL INSTITUCIONALIZADO EM 1934

Jorge Armino Aguiar Varaschin

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

O presente trabalho apresenta-se como um esforço de interpretação do novo sentido da ação estatal institucionalizado na Constituição de 1934, primeira carta constitucional elaborada no pós-“Revolução” de 1930, período em que se desmancha o bloco de poder hegemônico durante a Primeira República. Sendo assim, através da análise das contradições específicas do momento histórico, busca-se compreender as discontinuidades apresentadas pela nova conjuntura, na medida em que a forma assumida pelo Estado nacional estabelece um processo de centralização política e de construção de instrumentos jurídico-institucionais para o intervencionismo econômico, marcando uma nítida diferença com o liberalismo da Constituição de 1891.

Palavras-Chave: Economia Brasileira, Liberalismo, Intervencionismo, Estado nacional